

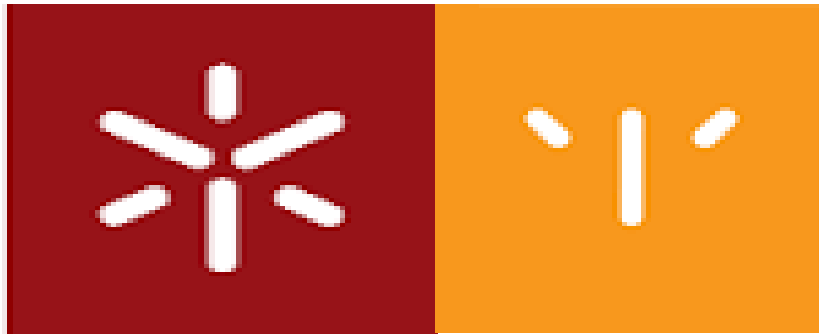
Universidade do Minho

Escola de Psicologia

Albino Barroso Pereira Duro

Avaliação e Intervenção Psicológica em Contexto Escolar

Maio 2016



Universidade do Minho
Escola de Psicologia

Albino Barroso Pereira Duro

Avaliação e Intervenção Psicológica em Contexto Escolar

Dissertação de Mestrado

Mestrado Integrado em Psicologia Escolar

Trabalho realizado sob orientação do

Professor Doutor João Lopes

Declaração relativa ao depósito de dissertações e teses no RepositóriUM

Nome: Albino Barroso Pereira Duro
Correio eletrónico: arbino3566@gmail.com Tel./Telemóvel: 924121208
Número do Cartão de Cidadão/Bilhete de Identidade: 10463807
Título(s) da dissertação de mestrado / tese de doutoramento
Avaliação e Intervenção Psicológica em Contexto Escolar

Orientador(es): Professor Doutor João Arménio LAmego Lopes
Data de conclusão: maio de 2016
Mestrado e área de especialização/Doutoramento e especialidade: Psicologia Escolar e da Educação

Declaro que concedo à Universidade do Minho o direito não-exclusivo e irrevogável de arquivar, reproduzir, comunicar e/ou distribuir através do seu repositório institucional, nas condições abaixo indicadas, a versão final da minha dissertação/tese em suporte digital, aprovada após a realização das provas de defesa pública e, quando for caso disso, após confirmação pelo(s) orientador(es) e homologação pelo presidente do júri¹ da introdução das alterações solicitadas.

Declaro que autorizo a Universidade do Minho a arquivar mais de uma cópia da dissertação ou tese e a, sem alterar o seu conteúdo, convertê-la para qualquer formato de ficheiro, meio ou suporte, para efeitos de preservação e acesso

Declaro que a dissertação ou tese agora entregue é um trabalho original e que, contendo material do qual não detenho direitos de autor, obtive autorização prévia do detentor dos referidos direitos para conceder à Universidade do Minho os termos requeridos por esta licença.

Declaro também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto me é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por organismo/financiador que não a Universidade do Minho, declaro que cumpri quaisquer obrigações exigidas pelo respetivo contrato ou acordo.

Retenho todos os direitos de autor relativos à dissertação ou tese e o direito de a usar em trabalhos futuros, como artigos ou livros.

Concordo que a minha tese ou dissertação seja colocada no repositório da Universidade do Minho com o seguinte estatuto (assinale apenas um dos quatro estatutos):

- Disponibilização imediata do conjunto do trabalho para acesso mundial
- Disponibilização do conjunto do trabalho para acesso exclusivo na Universidade do Minho durante o período de 1 ano, 2 anos ou 3 anos, sendo que após o tempo assinalado autorizo o acesso mundial.
- Disponibilização do conjunto do trabalho para acesso exclusivo na Universidade do Minho.
- Outro (se assinalar este estatuto, a declaração deve ser obrigatoriamente acompanhada de uma exposição que explicita a necessidade de um estatuto de exceção)

Braga/Guimarães, 18 / 05 / 2016

Assinatura: *Albino Barroso Pereira Duro*

¹ Vide artigo 124.º Anexo ao Despacho RT-41/2014.

Índice

Agradecimentos	3
Resumo	4
Abstract	5
Parte I	6
Introdução	6
Curriculum vitae	6
Percurso Formativo	6
Certificação Profissional	6
Formação Profissional	7
Percurso Profissional em contexto escolar	7
Formação Profissional Dinamizada	7
Outras atividades exercidas	8
Experiência Profissional extra escola	8
Experiência como Formador	9
Parte II	9
Psicólogo no Serviço de Psicologia e Orientação	9
Enquadramento legal do Serviço de Psicologia e Orientação	10
Atividades desenvolvidas	10
Avaliação e intervenção psicológica individual	12
Avaliação de alunos para elegibilidade Necessidades Educativas Especiais ...	15
A orientação escolar e profissional / orientação vocacional	16
Consultoria	17
Formação dirigida a alunos sobre métodos de estudo	18
Ações de Formação	19
Plano de Promoção para a Disciplina Via Verde, Saber-ser e Saber-estar	20
Ação de formação dirigidas a docentes Mediação escolar	21
Parte III	21
Reflexão Crítica	22
Bibliografia	27

Agradecimentos

Ao Professor Doutor João Arménio Lamego Lopes dirijo um especial agradecimento pela dedicação e disponibilidade que demonstrou na orientação deste trabalho. Foi um suporte indispensável, na certeza de que sem ele este trabalho não seria possível.

À minha família, esposa, filhos, mãe e irmãs, agradeço o suporte, incentivo e carinho. São a origem e o motivo de tudo o que faço.

À memória do meu pai cuja ausência é uma mágoa sem terapia possível.

Às colegas Teresa Oliveira e Filomena Reis, parceiras na aventura, pela amizade de longa data.

À direção do Agrupamento de Escolas que, ao longo destes anos, me proporcionou a oportunidade de demonstrar o meu trabalho.

Agradeço, ainda, a todos os que se cruzaram no meu percurso profissional e que enriqueceram as minhas experiências.

Avaliação e Intervenção Psicológica em Contexto Escolar

RESUMO

O presente relatório surge no âmbito do Mestrado Integrado em Psicologia Escolar e da Educação, ao abrigo do despacho RT/38-2011. Visa descrever as atividades desenvolvidas nos últimos cinco anos de trabalho na área da Psicologia Escolar e da Educação na qualidade psicólogo escolar do Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto.

Nesta explanação efetua-se uma caracterização das principais problemáticas atendidas no Serviço de Psicologia e Orientação e as principais modalidades de avaliação e intervenção psicológica realizadas. Descrevem-se, também, as intervenções psicológicas em grupo, nomeadamente ao nível da intervenção vocacional e as ações de formação realizadas para pais, professores e alunos.

São referidas as principais funções e papéis desempenhados, procurando-se evidenciar o conjunto de competências profissionais desenvolvidas enquanto psicólogo neste contexto profissional.

O relatório finaliza com uma reflexão crítica relativamente ao papel e às competências requeridas aos psicólogos que desempenham as suas funções em contexto escolar.

Palavras-chave: Psicologia escolar, avaliação e intervenção psicológica

«Psychological Assessment and Intervention in School Context»

ABSTRACT

The present report comes in the context of the Master in School Psychology and Education, under the order RT / 38-2011. Aims to describe the activities as a practitioner in the field of School and Educational Psychology during the last five years in the quality of School Psychology in “Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto”.

The characterization of the main problematics taken into account by the Psychological Service and the methods of assessment and psychological interventions are thoroughly explained. It is also described the group psychology interventions developed, namely vocational interventions, and formative actions taken by the parents, teachers and students.

I also refer a set of professional skills developed over the last years by emphasizing the main responsibilities as psychologist in this professional context.

The current report ends with a critical reflection about the role and the required competencies of the psychologists that act within the school environment.

Keywords: School Psychology, psychological assessment and intervention.

Parte I

Introdução

O relatório de atividade profissional tem como objetivo descrever o conjunto de atividades exercidas enquanto psicólogo escolar e da educação, nos últimos 16 anos de prática profissional.

Está organizado em três partes:

Na primeira parte apresenta-se o “curriculum vitae”, com uma descrição sucinta do percurso formativo e profissional e outras informações sobre competências pessoais e desenvolvimento de projetos.

Na segunda parte descreve-se de forma narrativa as atividades desempenhadas enquanto psicólogo na área da psicologia escolar e da educação o agrupamento de escolas de Cabeceiras de Basto.

A seguinte descrição das atividades visa evidenciar um conjunto de competências-chave na prática profissional de psicologia.

A terceira parte deste relatório inclui um texto reflexivo, de análise crítica sobre a intervenção e o papel do psicólogo na área da psicologia escolar e da educação, e uma conclusão sobre o percurso profissional descrito neste documento.

Curriculum vitae

Identificação: Nome - Albino Barroso Pereira Duro.

Sexo: Masculino.

Data de nascimento: 03 de Maio de 1966.

Habilitações escolares: Licenciatura em Psicologia.

Morada: Cruz do Muro, Riodouro 4860-327 Cabeceiras de Basto.

Telemóvel: 924121208; Correio eletrónico: arbino3566@gmail.com

Percurso formativo

Formação Académica: Setembro de 1998 - Licenciatura em Psicologia.

Instituição de Ensino: Universidade do Minho:

Classificação: 12 valores.

Certificação profissional

Fevereiro de 2015 - Certificação para o exercício de Formador nas Áreas de Orientação Vocacional e Psicologia da Educação.

Janeiro de 2010 - Certificação para a profissão de Psicólogo - Cédula Profissional nº 6868.

Fevereiro de 2006 - Instituto de Emprego e Formação Profissional - Aperfeiçoamento Pedagógico de Formadores - Certificado de aptidão profissional nº 25148/2001.

Novembro de 2006 - Instituto de Emprego e Formação Profissional - Certificado de aptidão profissional nº 25148/2001.

Formação profissional

Julho de 2015 - Formação de capacitação do programa de Orientação Vocacional da Rede de Psicólogos do Ave.

Junho de 2015 - Jornadas de trabalho da Psicologia e Orientação em Contexto Escolar.

Mai de 2015 - Seminário “Desenvolvimento Vocacional Aprendizagem e Empregabilidade da Rede de Psicólogos do Ave.

Janeiro de 2015 – Organização do Workshop de Introdução ao Coaching.

Janeiro de 2015 - Organização do Workshop sobre Mediação Escolar.

Novembro de 2014 - Formação Sobre Mediação Familiar.

Outubro de 2013 - Conferência Indisciplina na Escola.
Dezembro de 2013 - Orientação com públicos específicos.
Novembro de 2012 - Jornadas de Educação Especial.
Julho de 2010 - PRESSE, Programa Regional de Educação Sexual e Saúde Escolar.
Junho de 2010 - CIF - diagnóstico e intervenção.
Maio de 2010 - Dificuldades de Leitura e Escrita “Dislexias e Disgrafias”.
Dezembro de 2000 - Curso sobre Perturbações do Desenvolvimento Infantil.

Percurso profissional em contexto escolar

Novembro de 2011 à atualidade - Responsável por Serviço de Psicologia e Orientação do Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto.

Setembro de 2009 a Agosto 2010 - Responsável por Serviço de Psicologia do Agrupamento de Escolas do Arco de Baúlhe.

Setembro de 2007 a Agosto 2009 - Responsável por Serviço de Psicologia do Agrupamento de Escolas Dr. Leonardo Coimbra da Lixa.

Setembro de 2006 até Julho 2007 - Responsável por Serviço do Agrupamento de Escolas do Arco de Baúlhe.

Novembro de 1999 a Agosto 2007 - Responsável por Serviço de Psicologia do Agrupamento de Escolas Dr. Leonardo Coimbra da Lixa.

Outubro de 1999 a Agosto 2006 - Responsável por Serviço do Agrupamento de Escolas da Mota.

Formação profissional dinamizada

Ação de formação para encarregados de educação sobre “o papel dos pais na implementação de métodos de estudo”.

Ação de formação “a importância dos pais na orientação vocacional”.

Abril de 2000 - Organização do Seminário “A família e o Rendimento Escolar”.

Março de 2000 - A família e o rendimento escolar.

Abril de 1998 - Ação de formação sobre Competências de estudo.

Outras atividades exercidas

Janeiro a Junho de 1999 - Avaliação de alunos do primeiro ciclo, PEPT 2000.

Outubro de 2000 a Junho de 2001 - Orientador de Estágio de Nuno Ribeirinha do ISLA Bragança no Agrupamento da Escolas da Mota.

Outubro de 2000 a Junho de 2001 - Orientador de Estágio de Sandra Monteiro do ISLA Bragança no Agrupamento da Escolas da Mota.

Outubro de 2014, outubro de 2015 - Orientador de um estágio profissional da Ordem dos Psicólogos Portugueses no Externato de S. Miguel de Refojos.

Experiência profissional extra escola

Junho de 1999 a junho de 2000 - Centro Social de Abadim - Responsável do projeto Elpis esperança de uma vida melhor - medida 4 subprograma operacional Integrar.

Junho de 1999 a dezembro de 1999 - Centro Social de Abadim - Responsável do projeto de reinserção social “Érica”, medida 1 - subprograma operacional Integrar.

Julho de 1998 a Maio de 1999 - Centro Social “Divino Salvador” - Responsável do Projeto aprender para mudar a vida” no âmbito da medida 2 - subprograma Integrar.

Experiência como formador

Março de 2004 - Centro Social de Abadim - Formador no curso EFA, Educação e Formação de Adultos, B3.

Janeiro de 2003 - Centro de Formação Profissional de Vila Real. - Programa de Formação e Integração de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Dezembro de 2002 Janeiro de 2003 - Centro de Formação Profissional de Chaves - Programa de Formação e Integração de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Outubro de 2000 - Casa do Povo de Borba de Godim, IPSS - Formador de Técnicas de Serviços Pessoais e à Comunidade.

Parte II

Psicólogo no serviço de psicologia e orientação

As atividades a seguir descritas foram desenvolvidas no Agrupamento de Escolas de Cabeceiras de Basto, concelho de Cabeceiras de Basto, distrito de Braga no período compreendido entre outubro de 2010 e julho de 2015.

O Agrupamento de Escolas é composto pela Escola Básica de Cabeceiras de Basto, pela Escola Básica 2/3 do Arco de Baúlhe, pelo Centro Escolar Padre Doutor Joaquim Santos, pelo Centro Escolar Professora Filomena Mesquita, pelo Centro Escolar da Ferreirinha, pelas Escolas EB1 com ensino Pré-escolar de Pedraça, Gondarém, Faia e pelos Jardins de Infância de Bucos, Sobreira, Cumieira e Olela.

A população escolar é constituída por 1974 alunos distribuídos pelo ensino pré-escolar e primeiro ciclo 903 alunos, segundo ciclo 374 alunos, terceiro ciclo 637 alunos e profissional 60 alunos.

Existem 92 alunos com necessidades educativas especiais.

Enquadramento legal do serviço de psicologia e orientação

O enquadramento legal das atividades do Serviço de Psicologia e Orientação é baseado no decreto-lei 190/91 de 17 de maio que criou este serviço na escola pública e o dotou de atribuições e competências reconhecendo que “a orientação educativa surge como uma importante componente de todo o processo educativo. O seu papel é o de acompanhar o aluno ao longo do percurso escolar, contribuindo para identificar os seus interesses e aptidões, intervindo em áreas de dificuldade que possam surgir na situação de ensino-aprendizagem, facilitando o desenvolvimento da sua identidade pessoal e construção do seu projeto de vida”.

No período compreendido entre o início do ano letivo de 2010/2011 e o final do ano letivo de 2014/2015 foram desenvolvidas atividades de promoção do sucesso escolar enquadradas pelo decreto-lei 190/91 de 17 de maio que atribui ao Serviço de Psicologia e Orientação “assegurar o acompanhamento do aluno, individualmente ou em grupo, ao longo do processo educativo, bem como o apoio ao desenvolvimento do sistema de relações interpessoais no interior da escola e entre esta e a comunidade”.

Atividades desenvolvidas

O trabalho desenvolvido ao longo do percurso profissional surge enquadrado na legislação existente e adequa-se às necessidades de intervenção identificadas no Projeto Educativo.

As atividades a desenvolver são formalizadas à direção sob a forma de um plano anual de atividades que faz parte integrante do plano anual de atividades do Agrupamento de Escolas onde são discriminadas as atividades previstas de acordo com as necessidades identificadas, tendo presente os recursos técnicos, materiais e de logística disponíveis ou passíveis de ser mobilizados.

Tendo presente as necessidades identificadas e o enquadramento legal existente, as atividades a desenvolver assentam numa abordagem composta por três eixos; - o apoio psicopedagógico a alunos e professores, o desenvolvimento do sistema de relações da comunidade escolar e a orientação escolar e profissional, ou orientação vocacional.

Avaliação e intervenção psicológica individual

Os alunos encaminhados para atendimento pelo Serviço de Psicologia provêm de todos os níveis de ensino existentes no Agrupamento.

O encaminhamento de alunos para este serviço pode ser efetuado de diversas formas.

A via institucional obedece a um padrão normalizador que inclui um formulário onde deve constar as informações relevantes e os motivos pelos quais é solicitado o atendimento. Para os alunos atendidos é requerida a autorização dos encarregados de educação.

São encaminhados ainda alunos por iniciativa de instituições exteriores à escola como sejam a comissão de proteção de crianças e jovens em risco ou os serviços de saúde.

Ocorrem atendimentos a pedido do encarregado de educação ou por solicitação do aluno interessado. Verificam-se também atendimentos em situações de crise, seja de ansiedade, de incidentes com pares ou de pequenos acidentes.

A tipologia de motivos que presidem ao pedido de atendimento inclui uma diversidade de situações com especial realce para as dificuldades de realização escolar, problemas de atenção, de linguagem e comunicação, absentismo, desmotivação, relacionamento com pares, ansiedade, comportamento, défices de acompanhamento parental, problemas familiares e problemas emocionais.

O atendimento ao aluno inicia-se por uma clarificação dos motivos do pedido e das percepções que o jovem tem da situação.

Nos alunos do pré-escolar e nos anos iniciais do primeiro ciclo a recolha de informação relevante recorre baseia-se em entrevistas aos professores ou aos encarregados de educação.

O processo de avaliação e intervenção assenta na construção de uma relação de empatia e de confiança com o aluno, essencial para que este adira ao processo de intervenção com abertura e disponibilidade. Esta relação é fundamental para o estabelecer de uma aliança terapêutica assente num clima de respeito mútuo e numa atitude de suporte por parte do psicólogo assumindo-se como um fator particularmente relevante na eficácia das intervenções (Ribeiro, 2009).

O desenvolvimento de uma relação de confiança, exige do psicólogo um conjunto de características pessoais como flexibilidade, respeito, honestidade, confiabilidade, confiança, calor humano, interesse e tolerância (Ackerman, 2003).

O processo de avaliação de alunos inicia-se pela recolha de informação, nomeadamente sobre o envolvimento do aluno nas atividades da escola e o seu funcionamento nos vários contextos de vida. A recolha de informação relativa ao percurso académico é suportada pela consulta do processo individual do aluno ou por informações junto do autor do pedido.

A avaliação ao aluno inclui a entrevista, a observação do comportamento e, sempre que necessário, a aplicação de testes, em geral testes de inteligência ou de competências específicas com vista a uma avaliação pormenorizada direcionada a clarificar os motivos do pedido de atendimento.

A intervenção envolve por vezes a colaboração com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família ou o Centro de Saúde.

As intervenções têm por objetivo a promoção de competências específicas que funcionem como fatores protetores para o ajustamento psicossocial, como sejam o conhecimento dos comportamentos que põem em risco a saúde, competências de resolução de problemas, a capacidade de reconhecer e lidar com os sentimentos do próprio e dos outros e o desenvolvimento de competências de comunicação e assertividade (Abraão, 2010). Assim a intervenção realizada poderá incluir a monitorização comportamental, a gestão da impulsividade, o treino de autocontrolo, o treino de resolução de problemas, o treino de competências sociais, a regulação

emocional, a promoção da autoestima, a promoção de competências de estudo e de autorregulação da aprendizagem.

Avaliação de alunos para elegibilidade de necessidades educativas especiais

A constatação que alguns alunos não conseguem alcançar níveis de aprendizagem que lhes permitam obter sucesso escolar é uma realidade bem presente na escola pública em Portugal. Este universo de alunos, que habitualmente os professores designam por portadores de dificuldades de aprendizagem, apresenta um elevado grau de diversidade ao ponto de não permitir uma definição clara quanto às causas nem quanto à sua natureza.

Os problemas com a elaboração de uma definição abrangente são reconhecidos na literatura especializada. Podem identificar-se onze definições que convergem e divergem em algumas questões referentes à classificação e descrição de alunos com dificuldades de aprendizagem específicas (Cruz, 2009).

As dificuldades na definição são extensivas ao processo de avaliação uma vez que tratando-se de um constructo não-observável, está inteiramente dependente da forma como se tenta avaliá-lo (Fletcher, 2005).

Esta é pois uma das principais dificuldades com que se depara quem tem a tarefa de avaliar alunos com desempenhos escolares muito inferiores ao esperado para a idade e ano escolar.

Os diversos conceitos e concepções sobre dificuldade de aprendizagem coincidem na confluência de fatores externos e internos ao indivíduo valorizando de forma diferenciada o método educacional, o ambiente escolar, a relação professor-aluno, a história de vida, as expectativas em relação ao desempenho académico aspetos emocionais ou habilidade e défices no funcionamento cognitivo.

A definição mais abrangente desta problemática defende que as dificuldades de aprendizagem específicas dizem respeito à forma como um indivíduo processa a informação - a recebe, a integra, a retém e a exprime -, tendo em conta as suas capacidades e o conjunto das suas realizações (Correia., 2008). Essas dificuldades podem manifestar-se nas áreas da fala, da leitura, da escrita, da matemática e/ou da resolução de problemas, envolvendo défices que implicam problemas de memória, perceptivos, motores, de linguagem ou de pensamento.

A função do serviço de psicologia, em articulação com o departamento de educação especial consiste em identificar crianças que não obtêm sucesso e que carecem de uma das seguintes abordagens visando a obtenção de sucesso (Warnock, 1978):

- Encontrar meios específicos de acesso ao currículo;
- Ser-lhe facultado, a determinadas crianças, um currículo modificado;
- A necessidade de dar particular atenção ao ambiente educativo em que decorre o processo de ensino-aprendizagem.

Ao serviço de psicologia cumpre a tarefa de identificar os fatores que, individualmente ou em interação, funcionam como inibidores á aprendizagem. Para tal uma avaliação rigorosa é essencial visando a elaboração de uma síntese que permita a tomada de decisões promotoras do sucesso.

Os resultados das avaliações efetuadas e as decisões a tomar têm que obedecer a pressupostos éticos com especial realce para a Declaração de Salamanca, aprovada em Junho de 1994 pelos representantes de 92 governos, entre os quais Portugal.

Esta declaração situa a questão dos direitos das crianças e jovens com NEE no contexto mais vasto dos direitos humanos consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a partir da qual se foi organizada a Conferencia Mundial sobre Educação para Todos e as Normas das Nações Unidas sobre a Igualdade de Oportunidades para Pessoas com Deficiência.

Acordou-se, também, em Salamanca que as escolas devem ajustar-se “ a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, sociais, linguísticas ou outras. É neste contexto que surgem todos os anos diversos pedidos de atendimento que consistem na identificação de dificuldades que possam justificar a elegibilidade para educação especial.

O processo de avaliação especializada visa a elaboração do perfil de funcionalidade do aluno ao nível das funções do corpo, da atividade e participação e dos fatores ambientais, caracterizando o seu grau de incapacidade tendo por referência a utilização da Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, CIF.

A obtenção de níveis de incapacidade intelectual implica a utilização de testes normativos que permitam comparar os resultados obtidos com o grupo etário correspondente.

É certo que a literatura existente assume dúvidas quanto à adequabilidade dos testes tradicionais de inteligência na avaliação destes alunos (Almeida & Cruz, 1996), (Lopes, 2010), ou assumindo que o valor preditivo dos testes que avaliam a

consciência fonológica são melhores preditores do potencial de aprendizagem do que as provas compostas de inteligência (Lopes, 2010).

É de salientar que, na maioria das vezes, a criança não apresenta um deficit intelectual que explicaria essa dificuldade (Cavalini, 2012). No entanto a necessidade de obtenção de valores de desempenho traduzíveis em níveis de incapacidade necessita da obtenção de resultados normalizados com recurso ao grupo etário. Para tal são utilizados testes normalizados para a população portuguesa.

A avaliação realizada visa a elaboração do relatório técnico-pedagógico que explicita o nível de realização do aluno e identifique a necessidade de medidas de educação especial.

A alteração do percurso curricular de um aluno exige a aprovação em reunião de elegibilidade onde têm assento o professor titular ou diretor de turma, um elemento da direção da escola, o coordenador de educação especial, um professor de educação especial e o encarregado de educação.

Quando a avaliação efetuada não identifica a necessidade de inserir o aluno no regime educativo especial, este será apoiado por medidas de promoção do sucesso escolar constantes do Despacho Normativo n.º 17 A/2015.

Estes alunos representam uma percentagem considerável dos pedidos de avaliação e ajuda na elaboração de estratégias de intervenção.

As dificuldades mais comuns que são encaminhados para o serviço de psicologia, são os défices ao nível da articulação e dicção, dificuldades de leitura e/ou de escrita, dificuldades de manuseamento de conceitos numéricos e do raciocínio lógico, de raciocínio abstrato resolução de problemas e dificuldades de memória visual ou auditiva.

Este padrão de dificuldades aparece, com frequência, associado a uma baixa motivação escolar, desânimo aprendido, baixa autoeficácia, reduzidas expectativas escolares, absentismo escolar, problemas de assiduidade e risco de abandono escolar.

A intervenção nestes casos pode contemplar a definição de estratégias a serem implementadas em de sala de aula, pelos professores de apoio educativo e nas tutorias.

A orientação escolar e profissional / orientação vocacional

A função de responsável por um serviço de psicologia e orientação implica o desenvolvimento de ações de orientação escolar e profissional, conforme o disposto no decreto-lei n.º 190/91.

São utilizadas diversas designações da atividade “orientação” desde orientação escolar e profissional, orientação vocacional ou da carreira, orientação e aconselhamento, orientação profissional e aconselhamento (Silva., 2010).

Genericamente o termo orientação vocacional refere-se a um processo de ajuda cujo objetivo principal é facilitar a reflexão do jovem em momentos de indecisão na escolha da sua carreira (Silva., 2010). Este processo tem efeitos positivos na diminuição da indecisão vocacional e no aumento dos comportamentos exploratórios acerca de si e do mundo profissional (Bernes, 2007).

A necessidade de promover competências vocacionais decorre de características da sociedade atual, sobretudo a imprevisibilidade e instabilidade que caracterizam o mundo de trabalho pelo que importa promover a agência pessoal na construção das trajetórias de vida e incentivar o planeamento vocacional (Savickas, 2009).

Esta necessidade é ainda mais urgente num tempo em que a escola assume um papel central na transição para o mundo profissional. Nesse sentido o sistema de ensino tem procurado diversificar a oferta educativa, conjugando dimensões vocacionais e educacionais, e valorizando aspirações de carreira e exigências da sociedade (Maxwell, 2002).

A orientação vocacional deve centrar-se no desenvolvimento de competências e de atitudes facilitadoras da adaptação e do confronto com as inúmeras transições por que o indivíduo passará ao longo da sua vida (Barros, 2010). É relevante assinalar que devem ser observados na oferta de serviços de orientação critérios como; Independência, Imparcialidade, Confidencialidade, e Igualdade de oportunidades, (OCDE, 2005).

A orientação vocacional desenvolvida assenta na realização anual de um programa de intervenção vocacional estruturado de seis sessões dirigidas aos alunos do 9.º ano.

O início do programa inclui uma informação aos encarregados de educação que explicita a obrigatoriedade de uma opção escolar no final do 9.º ano, a necessidade dos alunos serem autores e responsáveis na construção do seu percurso e a urgência de participação em atividades de promovam o autoconhecimento, a identificação de

valores pessoais e o conhecimento dos percursos escolares possíveis, a partir do 10.º ano de escolaridade.

Os encarregados de educação são informados dos objetivos das sessões e convidados a autorizar a participação dos respetivos educandos no programa.

O foco é centrado no desenvolvimento de atividades destinadas a promover, junto dos alunos, o autoconhecimento e a exploração dos interesses vocacionais. Recorre-se à realização de testes de interesses profissionais ou de inventários de interesses.

Os resultados do teste ou inventário aplicado são devolvidos ao aluno no sentido de serem utilizados na tomada de decisão vocacional.

Na posse dessa informação são exploradas as várias alternativas/opções escolares e formativas existentes após o 9.º ano, incluindo a oferta formativa da escola e de outras escolas da região ou do seu interesse. Neste ponto é disponibilizado para consulta e exploração de materiais de orientação relacionados com o mundo profissional e sítios da internet relevantes para a exploração vocacional.

O processo de orientação vocacional inclui também a organização de uma “Mostra de Ofertas Educativas, Formativas e Profissionais - Feira das Profissões. Esta mostra inclui instituições do ensino secundário, do ensino profissional e do ensino superior e destina-se aos alunos do 9.º ano e do 12.º ano e tem sido organizada em colaboração com o externato de s. Miguel de Refojos.

O processo de orientação contempla o apoio nas matrículas no final do ano letivo.

Consultoria

O desempenho das atribuições do serviço de psicologia inclui a promoção de atividades de intervenção indireta com o público-alvo. De entre estas intervenções salienta-se a consultoria, uma metodologia de ação que pode ser definida como um processo triádico no qual um profissional especializado ajuda o consulente a mobilizar recursos para lidar com a situação-alvo da forma mais eficaz (Conyne, 1987), sendo uma das várias funções desempenhadas pelos profissionais de orientação educacional (Talavera, 2004)). Esta modalidade de intervenção aplica-se aos casos encaminhados para o SPO mas sobretudo a um leque variado de situações que ocorrem em sala de aula, na biblioteca ou em atividades extra curriculares. Consiste na partilha de estratégias a implementar pelos professores, assistentes ou pais, nos vários contextos.

A consultoria aos agentes da comunidade educativa é um tipo de intervenção indireta, mais preventiva e promocional, no sentido de reduzir a necessidade de intervenções remediativas.

A participação do psicólogo em reuniões de conselhos de turma, ou disciplinar e reuniões de equipa multidisciplinar é, igualmente, uma forma privilegiada de intervenção nesta modalidade.

Formação dirigida a alunos sobre “métodos de estudo”.

A transição do 1.º ciclo para o 2.º ciclo implica a passagem de um ensino de monodocência para a pluridocência forçando a adaptação a um plano de estudos que inclui um aumento do número de disciplinas com implicações no aumento do tempo de estudo e de uma mais cuidadosa organização dos materiais a estudar. A este respeito a OCDE realça que a passagem do 1.º para o 2.º ciclo deve ser preparada, não abandonando os alunos à sua sorte.

O desafio essencial centra-se na capacidade dos sistemas educativos em conseguirem promover um ensino contextualizado, centrado em métodos de aprendizagem que originem bons resultados e que capacitem os estudantes para os diferentes contextos de vida, na escola e além desta, um ensino que ensine a questionar e a pensar (Rosário, 2007).

A obtenção de sucesso escolar implica que os alunos adquiram um conjunto alargado de conhecimentos em áreas muito diversas, para o qual necessitam de por em prática um método de estudo adequado às exigências.

O conceito de métodos de estudo refere-se ao conjunto de estratégias que o aluno escolhe para fazer frente aos objetivos que traçou (Sousa, 2012). Um bom método de estudo assenta, entre outros fatores, na capacidade de organizar o tempo de estudo, os materiais e os objetivos para o estudo.

A investigação tem vindo a demonstrar uma forte ligação entre as estratégias de estudo e o sucesso académico dos estudantes, pelo que é importante que estes desenvolvam competências para uma maior eficácia na aquisição de conhecimento (Sousa, 2012).

A formação desenvolvida visa dar ênfase do aluno como construtor do seu próprio conhecimento capacitando-o para a gestão da aprendizagem, através da implementação de estratégias e hábitos considerados como mais eficazes (Almeida., 1997).

As estratégias de estudo abordadas incluíram: a planificação, a organização do tempo e do estudo, o local de estudo, o controlo de distratores internos e externos, a utilização de estratégias como (exame/leitura, perguntas, sublinhado, esquemas, recitação e resumo), a atitude e atenção nas aulas, a preparação para os testes e o controlo da ansiedade.

Foi também elaborado um guião para os encarregados de educação colaborarem na monitorização do estudo do seu educando.

Ações de formação

A promoção de ações de formação é uma das competências do serviço de psicologia conforme estipulado na alínea e) do artigo 6.º do decreto-lei n.º 190/91 de 17 de maio.

Em geral as ações de formação são destinadas a elementos da comunidade escolar e concebidas para promover competências num domínio específico. Quando as necessidades identificadas não coincidem com as competências do psicólogo a promoção de uma ação passa pela organização recorrendo a formador externo.

Sob minha responsabilidade têm sido desenvolvidas ações de formação destinadas aos encarregados de educação no sentido de responder a necessidade de formação identificadas pela escola. Assim, foram promovidas ações; a) no domínio das competências de estudo sensibilizando para a necessidade de apoiar os filhos no estudo, b) no domínio da orientação vocacional visando fomentar o envolvimento nas decisões vocacionais dos filhos.

A necessidade de sensibilizar as famílias na promoção de comportamentos orientados para o estudo é sentida por aqueles que trabalham em contexto escolar.

È consensualmente assumido que a família é o sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades. Ela tem, portanto, um impacto significativo no comportamento das crianças, que aí aprendem as diferentes formas de existir, de ver o mundo e construir as suas relações sociais sendo por isso o contexto ideal para implementar de novos comportamentos (Kreppner, 2000).

As práticas de envolvimento parental compreendem não só a comunicação e o trabalho voluntário na escola, mas também o apoio educativo em casa, a participação em grupos de consulta e a participação na tomada de decisões.

Em muitos casos, as práticas de comunicação, o envolvimento dos pais no apoio educativo aos filhos e a sua participação em grupos de consulta trazem, regra geral,

mais benéficos para a aprendizagem dos alunos do que a própria tomada de decisão (Marques, 2001).

Os objetivos desta ação de formação são delineados de forma a responder às preocupações sentidas pelos professores ao nível da ausência de hábitos de estudo dos alunos e pela dificuldade dos pais em acompanhar os filhos nessas tarefas. Esta necessidade está identificada no projeto educativo do agrupamento, nomeadamente no que concerne à melhoria dos níveis de acompanhamento dos encarregados de educação no processo de aprendizagem dos seus educandos.

A promoção do envolvimento familiar na exploração vocacional dos jovens visa potenciar a papel determinante da família na construção de um projeto vocacional enquanto parte fundamental do seu projeto de vida.

O envolvimento parental é tanto mais importante quanto é na família que os jovens aprendem os saberes, os afetos e as experiências mais estruturantes e organizadoras que serão a matriz de significados das relações que irão estabelecer consigo próprio e com os outros e onde, fundamentalmente, acontece a preparação dos variados papéis da existência que garantirão a integração psicossocial do sujeito (Gonçalves & Coimbra, 2007).

O desenvolvimento de sessões aos encarregados de educação assume uma importância fundamental no processo de escolha vocacional na medida em que visam garantir a elaboração de projetos de formação escolar e profissional que possam proporcionar o sucesso e a ascendência pessoal e familiar (Gonçalves., 2006).

Plano de Promoção para a Disciplina “Via Verde: Saber-ser e Saber-estar”

O convívio entre jovens em idade escolar propicia o estabelecer de relações de proximidade baseadas em princípios de igualdade e fraternidade. Para tal é necessário que essas relações obedeçam às normas estabelecidas no estatuto do aluno (Estatuto do Aluno e Ética Escolar., 2012). Este normativo serve de base ao regulamento interno da escola e estabelece os direitos e os deveres do aluno do ensino básico e secundário e o compromisso dos pais ou encarregados de educação e dos restantes membros da comunidade educativa.

Apesar do cumprimento destes procedimentos a indisciplina compromete as aprendizagens dos alunos e contribui para uma grande instabilidade emocional e profissional dos docentes constituindo um constrangimento ao êxito do trabalho dos

docentes (Sousa., 2013) e o saudável relacionamento entre alunos, estes e assistentes operacionais.

A indisciplina pode definir-se como o incumprimento das regras e consequente exibição de comportamentos disruptivos, persistentes ou ocasionais, iniciados por um aluno ou pequeno grupo e que pode provocar situações de perturbação das relações sociais no seu interior (Amado, 1999), ou a transgressão das normas escolares, prejudicando as condições de aprendizagem, o ambiente de ensino ou o relacionamento na escola (Veiga, 2007).

A frequência com que casos de indisciplina são comunicados à direção da escola permitiu uma tomada de consciência sobre o real âmbito deste problema sinalizando-o como prioritário para intervenção.

Ação de formação dirigida a docentes “Mediação escolar”

O dia-a-dia escolar é fértil em acontecimentos acidentais resultantes da interação entre os alunos.

Com o objetivo de minimizar os problemas de conflitualidade e violência na escola, torna-se necessário desenvolver uma educação para a gestão positiva dos conflitos, de modo a fomentar uma cultura de paz e de cidadania, contribuindo para o desenvolvimento do papel da escola como uma “política da vida (Giddens, 1991), (Sarmiento, 2002). Impõe-se à escola a adoção de novas abordagens na solução de problemas de interação entre pares.

É neste contexto que a mediação, enquanto procedimento consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa, imparcial – escolhida ou aceite pelas partes – age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência sendo que as pessoas envolvidas no conflito são as responsáveis pela decisão que melhor as satisfaça (Sales, 2007). No sentido de dotar o corpo docente de noções básicas de formação que lhe permita desenvolver a ação de mediadores de conflitos foi promovida uma ação de formação com duas formadoras do Instituto de Apoio à Criança.

Parte III

Reflexão crítica

O desenvolvimento da ação educativa propicia um conjunto de interações entre jovens e entre estes os assistentes operacionais e os professores propiciando a ocorrência de momentos de tensão e ansiedade. Esta realidade deve-se sobretudo ao facto das escolas recebem cada vez mais crianças/jovens que não aceitam limites aos seus comportamento agredindo, não apenas no sentido físico, aquilo que as rodeia. Muitas delas possuem uma vivência marcada, desde muito cedo, por padrões inconsistentes e intrusivos de relação, em que a violência emocional esteve sempre presente (Strecht, 2000).

A resolução das crises daí decorrentes é um dos principais domínios de intervenção tendo por base as normas escolares estabelecidas no estatuto (Estatuto do Aluno e Ética Escolar., 2012) que determina que a matrícula é obrigatória e confere o estatuto de aluno incluindo um conjunto de direitos e deveres que devem ser observados.

As violações sistemáticas a este estatuto bem como as dificuldades pessoais ou de aprendizagem são os domínios privilegiados de atuação.

A intervenção nestes domínios pode assumir o carácter remediativo sob a forma de atendimento a pedidos de avaliação de competências e de intervenção em situações de crise; preventivo seja no domínio do abandono escolar, do consumo de substâncias, do bullying; promocional a nível de métodos de estudo, de educação para a saúde, de educação para a sexualidade ou do desenvolvimento vocacional.

A participação do serviço de psicologia nas atividades de prevenção e promoção tem por base a vocação preventiva da psicologia que, ao estudar o comportamento humano é a ciência que mais pode contribuir para a prevenção uma vez que desenvolveu recursos para prever o comportamento antes mesmo de sua emissão (Ribes-Iñesta, 1990), sendo possível evitar o surgimento de comportamentos que possam ser prejudiciais ao próprio ou a outrem (Bayes, 1987). Nesse sentido é exigido ao psicólogo escolar que redimensione a sua atuação, promovendo transformações no âmbito das práticas cristalizadoras acerca do desenvolvimento humano no sentido de implementar estratégias mais proactivas (Andrada, 2005).

O carácter proactivo é essencial quando se pretende trabalhar temas como a prevenção e promoção de saúde na escola (Lacerda. & Guzzo, 2005), ou intervir nos domínios da prevenção de consumos ou de promoção de competências específicas.

A prevenção primária caracteriza-se por englobar ações para grupos amplos que ainda não apresentam dificuldades e antecedem o surgimento de problemas psicológicos. Esta abordagem tem, pois, um caráter educativo.

É certo que a visão mais preventiva da psicologia defende a necessidade de deslocar o foco da doença para o da saúde, o do fracasso para o do sucesso, o dos distúrbios e dificuldades para o das competências e qualidades (Guzzo, 2001).

As atividades desenvolvidas no âmbito da promoção da saúde visam dotar as crianças e os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao bem-estar físico, social e mental conferindo-lhe um papel interventivo.

A nível da prevenção do abandono escolar a intervenção deve centrar-se na identificação precoce dos alunos que apresentem indicadores comumente associados a situações de abandono como as perturbações precoces na aprendizagem mas também na identificação de fatores socio familiares tendo presente que os alunos que abandonam precocemente a escola são alunos que, geralmente, vivem em áreas desfavorecidas, em meios familiares desestruturados e com fracas ambições escolares (Binder & Michaelis, 2006), sendo fundamental entender o papel das desigualdades sociais e da exclusão escolar no abandono da escola (Justino & Rosa, 2007).

A intervenção neste domínio implica o trabalho com o aluno e a família no sentido de envolver os encarregados de educação no processo educativo do educando promovendo a partilha de informação a colaboração na organização do estudo, no incentivo e valorização dos resultados escolares.

A prevenção de comportamentos agressivos entre pares e do bullying escolar assume uma importância fundamental no processo educativo dada a frequência com que situações de violência física e psicológica ocorrem dando origem a um elevado número de pedidos de atendimento.

O bullying escolar ocorre quando “ um aluno ou uma aluna são expostos, repetidamente e durante um período de tempo, a ações negativas por parte de um ou mais alunos” (Olweus, 2000). Pode assumir diferentes formas desde a agressão física, verbal ou psicológica, mas tem por base a intenção de magoar e/ou humilhar outros alunos. A ocorrência repetida desses abusos pode causar sérios problemas às vítimas, tais como, ansiedade, baixa autoestima, medo, baixo desempenho escolar e comportamentos desviantes (Neto, 2005).

A intervenção neste domínio tem decorrido sob a forma de ações de sensibilização com a participação de professores, da escola segura da Guarda Nacional Republicana, e no desenvolvimento do projeto, “Justiça para todos”, promovido pelo Instituto padre António Vieira com a colaboração do Centro de Estudos Judiciários.

A orientação vocacional é um domínio fundamental de intervenção reconhecido pelo Conselho da Europa que salienta o seu papel para garantir que as decisões de cada um, em matéria de educação e profissão, são tomadas numa base sólida salientando que a orientação tem um papel a desempenhar na proteção da inclusão social, da equidade social, da igualdade entre sexos e de cidadania ativa (Conselho da União Europeia, 2004).

No cumprimento desses pressupostos são implementadas todos os anos, no decorrer dos segundo e terceiro períodos, ações visando a promoção do desenvolvimento vocacional dos jovens. Nesse sentido tem sido promovidas atividades de exploração do self, do mundo do trabalho e do desempenho de papéis de vida de forma a criar condições ótimas para uma tomada de decisão vocacional realista (Taveira, 2005) visando a consciencialização da proximidade temporal de uma tomada de decisão e envolvendo os alunos na procura de alternativas ajustadas aos seus interesses valores e aptidões motivando-os para a construção de um projeto de vida viável, realista e ambicioso.

No que concerne ao treino de competências específicas assume particular importância o treino a nível de métodos de estudo devido ao elevado número de alunos que associam dificuldades de realização escolar a um padrão de estudo desorganizado e ineficaz.

Um bom método de estudo implica saber organizar o tempo de estudo, os materiais necessários, o espaço, os conteúdos, definir os objetivos e proceder a uma autoavaliação dos resultados. Este conhecimento é tanto mais importante na medida em que com métodos de estudo adequados se consegue rentabilizar o tempo e o esforço para desse modo obter mais sucesso na aprendizagem (Zenhas, 1999).

As atividades de promoção de métodos de estudo têm por base a colaboração com os diretores de turma quer na identificação de alunos que na implementação de atividades para a turma nas aulas de educação para a cidadania.

O programa desenvolvido inclui uma comunicação aos encarregados de educação, por vezes uma palestra ou um panfleto informativo sobre como ajudar o filho a organizar o espaço e tempo de estudo e cinco sessões com a turma.

O desenvolvimento destas atividades em horário letivo e com a colaboração dos professores carece de indicadores de eficácia no sentido de aferir procedimentos e avaliar resultados. Por sua vez o desenvolvimento de programas da responsabilidade do psicólogo e fora da componente letiva deparam-se invariavelmente com problemas de assiduidade.

Este e outros problemas que se deparam ao psicólogo escolar não podem ser conceptualizados como exclusivamente seus ou dos alunos pois nem os psicólogos, nem os professores, nem os alunos, funcionam em isolamento uma vez que somos influenciados pelos múltiplos sistemas que nos rodeiam e dos quais fazemos parte (Bronfenbrenner., 1996).

Fica evidente que não podemos efetuar intervenções eficazes conotando os problemas das crianças e dos jovens como patologias internas, como o modelo médico nos diria, ou descontextualizando os problemas das crianças e dos jovens. É portanto necessário entender o modo como a disfunção está relacionada com sistemas abrangentes e encontrar meios para intervir eficazmente nesses sistemas. Uma abordagem que conceptualiza o comportamento humano como função de interações entre as características do indivíduo e os ambientes em ele que funciona, apresenta grande potencial e pode ser uma orientação eficaz no âmbito da psicologia na escola (Sheridan, 2000).

O desenvolvimento de atividades em contexto escolar implica que cada criança deve ser compreendida de forma holística sendo que a compreensão das diferenças individuais no desenvolvimento saudável e patológico implica a consideração das transações que ocorrem ao longo do tempo entre o indivíduo e os contextos e ecológicos (Pereira, 2008). Neste processo assume particular importância a valorização de quatro elementos que se apresentam em permanente interação dinâmica: o processo, a pessoa, o contexto e o tempo (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

As dificuldades com que se deparam os psicólogos que trabalham em contexto escolar podem ser conceptualizadas em quatro asserções: em primeiro lugar - cada criança é uma parte inseparável de um pequeno sistema social; em segundo lugar - as perturbações não são apenas vistas como localizadas na criança, mas sobretudo ao nível do sistema; em terceiro lugar - a discordância poder ser definida como uma disparidade entre as capacidades do indivíduo e as expectativas ou exigências do ambiente; em quarto lugar - o objetivo de qualquer intervenção é fazer o sistema funcionar (Apter, 1984).

Uma abordagem tendo por base estes pressupostos implica que os serviços de psicologia estejam ligados aos sistemas ambientais das crianças com quem lidam (Sheridan, 2000). Especificamente, os psicólogos devem desenvolver ligações fortes com as escolas, famílias e comunidades, numa lógica de proximidade com professores, assistentes sociais, técnicos de educação especial, pessoal de apoio e pais (Apter, 1984).

Os psicólogos escolares deverão preocupar-se sobretudo com a prevenção e promoção do bem-estar das crianças, mais do que com a identificação do que está errado, medindo problemas e fornecendo soluções de remediação - isto é, envolvendo-se e conduzindo pesquisa nos serviços que permitam ao estudante ser bem-sucedido na vida (Meyers, 1999).

Apesar das condicionantes acima descritas apraz-nos avaliar que, no percurso profissional enquanto psicólogo escolar, pudemos orientar-nos para a intervenção propriamente dita e não ficar maioritariamente reduzido à avaliação psicológica.

Bibliografia

Abraão, I. &. (2010). Trilhos – Desenvolvimento de competências pessoais e sociais. Reflexões sobre a metodologia de avaliação. Toxicodependências , p. Lisboa.

Ackerman, S. &. (2003). A review of therapist characteristics and techniques positively impacting the therapeutic alliance. *Clinical Psychology Review* , pp. 1-33.

Almeida, L. S., & Cruz, M. d. (1996). Avaliação dinâmica das capacidades cognitivas de crianças com dificuldades de aprendizagem. II Congresso Galaico Português de Psicopedagogia (pp. 324-332). Braga: Universidade do Minho.

Almeida., L. S. (1997). Programas para ensinar a pensar: Contribuições para a aprendizagem dos alunos. *Psicopedagogia, Educação e Cultura* , pp. 221-234.

Amado, J. S. (1999). Indisciplina na sala de aula: regras, tarefas e relação pedagógica. *Psicologia, Educação e Cultura* , 53-72.

Andrada, E. (2005). Novos paradigmas na prática do psicólogo escolar,. *Psicologia Reflexão e Crítica* , pp. 196-199.

Apter, S. J. (1984). Childhood behavior disorders and emotional disturbance: An introduction to teaching troubled children. . Engkewood Cliffs, NJ:: Prentice-Hall.

Barros, A. &. (2010). Auto-percepções, valores e saliência dos papéis em estudantes do ensino superior. *PSYCHOLOGICA* , pp. 447-464.

Bayes, R. (1987). La prevención del câncer. *Jano: Medicina y Humanidades*, 45-55.

Bernes, K. B. (2007). Career guidance and counseling efficacy studies: An international research agenda. *International Journal of Educational and Vocational Guidance* , 81-96.

Binder, G., & Michaelis, R. (2006). Perturbações no Desenvolvimento e na Aprendizagem. Lisboa: Trilhos Editora.

Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (1998). The ecology of developmental processes. In R. M. Lerner. In R. M. Lerner, *Handbook of Child Psychology* (pp. 5th ed., Vol. 1, pp. 993–1028).). New York: Wiley.

Bronfenbrenner., U. (1996). *A Ecologia do Desenvolvimento Humano: Experimentos Naturais e Planejados*,. Porto Alegre: Artes Médicas.

Cavalini, S. F. (2012). *Avaliação Psicológica: aspectos emocionais em problemas de aprendizagem*. Actas II Seminário Internacional “Contributos da Psicologia em Contextos Educativos, (pp. 1291 - 1301). Braga: Universidade do Minho.

Coles, G. (1987). *The learning mystique : A critical look at learning disabilities*. New York: Pantheon.

Conselho da União Europeia, C. U. (2004). *Projecto de resolução do Conselho e dos Representantes dos Estados-Membros reunidos no Conselho relativa ao reforço das políticas, sistemas e práticas no domínio da orientação ao longo da vida na Europa*. Bruxelas: 9286/04, de 18 de Maio .

Conyne, R. (1987). *Primary Preventive Counseling*. London: Sage.

Correia., L. M. (2008). *Alunos com necessidades educativas especiais. Inclusão e necessidades educativas especiais: Um guia para educadores e professores*. Porto: 2 ed., pp. 43-56). Porto Editora.

Cruz, V. (2009). *Dificuldades de Aprendizagem: Específicas*. Lisboa: Lidel.

Decreto-Lei. (n.º 190/1991). *Diário da República*, 1.ª SERIE A, Nº 113, de 17 de maio. Lisboa: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

Estatuto do Aluno e Ética Escolar. (5 de setembro de 2012). *Diário da República* .

Fletcher, J. M. (2005). *Validity of alternative approaches for the identification of LD: Operationatilizing unexpected underachievement*. . *Journal of learning disabilities* 38, , 117-136.

Giddens, A. (1991). *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.

Gonçalves, C. M., & Coimbra, J. L. (2007). *O Papel dos Pais na Construção de Trajectórias*. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, , 1-17.

Gonçalves., C. M. (2006). *A Família e a construção de projectos vocacionais de adolescentes e jovens*. Lisboa: Universidade do Porto.

Guzzo, R. S. (2001). Saúde psicológica, sucesso escolar e eficácia da escola: desafios do novo milênio para a psicologia escolar. Z. A. P. Del Prette. (Org.). Psicologia escolar e educacional, saúde e qualidade de vida: explorando fronteiras. (pp. 25-42). Campinas, SP:: Alínea.

Justino, D., & Rosa, M. (2007). Abando Escolar e Inserção Precoce no Mercado de Trabalho, em Portugal. Ensaio de Tipificação de Contextos Sociais. Lisboa: Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa. .

Kreppner, K. (2000). The child and the family: Interdependence in developmental pathways. Psicologia: Teoria e Pesquisa , 11-22.

Lacerda., J. F., & Guzzo, R. S. (2005). Prevenção primária: análise de um movimento e possibilidades para o Brasil. PR: Interação. , pp. 239-249.

Lopes, J. A. (2010). conceptualização, avaliação e intervenção nas dificuldades de aprendizagem: A sofisticada arquitetura de um equívoco. Braga: Psiquilíbrios.

Marques, R. (2001). Educar com os pais. Ensinar e Aprender. Lisboa: Editorial Presença.

Maxwell, N. L. (2002). High school career academies and post-secondary outcomes. Economics of Education Review , 137-152.

Meyers, J. &. (1999). School psychologists as health-care providers in the 21st century. In R. &. Gutkin, The handbook of School Psychology (pp. 3rd edition, pp. 764-799). New York, : Wiley.

Neto, A. (2005). Bullying - Comportamento agressivo entre estudantes. Jornal de Pediatria da Sociedade Brasileira de Pediatria, , 164-172.

OCDE, O. p. (2005). Orientação escolar e profissional: Guia para decisores. Lisboa: Gráfica Krispress.

Olweus, D. (2000). Bullying at school. Blackwell Publishers, Ltd.

Olweus., D. (2000). Bullying at school. Blackwell Publishers, Ltd.

Pereira, M. (2008). A relação entre pais e professores: uma construção de proximidade para uma escola de sucesso. Universidade de Málaga.

Ribeiro, E. (2009). Aliança terapêutica: Da teoria à prática clínica. Braga: Psiquilíbrios Edições.

Ribes-Iñesta, E. (. (1990). *Psicologia y salud: un análisis conceptual*. Barcelona: Martins Rocca.

Rosário, P. C. (2007). De pequenino é que se auto-regula o destino. *Educação. Temas e Problemas* , pp. 281-293.

Sales, L. M. (2007). *Mediação de Conflitos: Família, Escola e Comunidade*. Florianópolis: Conceito Editora.

Sarmiento, M. (2002). *Infância , Exclusão Social e Educação como Utopia Realizável*". *Revista Educação, Sociedade & Culturas*.

Savickas, M. N. (2009). Life Designing: a paradigm for career construction in the 21st century. *Journal of Vocational Behavior* , 239-250.

Sheridan, S. &. (2000). The ecology of School Psychology: Examining and changing our paradigm for the 21st Century. *School Psychology Review* , pp. 485-502.

Silva, A., & Sá, I. (1997). *Saber estudar e estudar para saber*. Porto: Porto Editora.

Silva., E. C. (vol.11, n.º2, dezembro de 2010). *Orientação Profissional, mentoring, coaching e counseling: algumas singularidades e similaridades nas práticas*. *Revista Brasileira de Orientação Profissional* .

Sousa, S. C. (2012). *Efeitos de um Programa de Métodos e Hábitos de Estudo nas Abordagens à Aprendizagem: Um Estudo com Alunos do Segundo e Terceiro Ciclo do Ensino Básico*. Braga: Universidade do Minho.

Sousa., C. (2013). *A Indisciplina na Sala de Aula.*. Setubal: Instituto Plitecnico de Setubal, Escola Superior de saúde.

Strecht, P. (2000). *Crescer Vazio*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Talavera, E. R.-S. (2004). *Competências internacionais para orientadores educacionais e vocacionais*. *Revista Brasileira de Orientação Profissional* , pp. 1-14.

Taveira, M. d. (2005). *Comportamento e desenvolvimento vocacional na adolescência. Psicologia escolar: Uma proposta científico-pedagógica* (pp. 143- 177). Coimbra: Quarteto.

Taveira., M. C. (2001). *Exploração vocacional: Teoria, investigação e prática*. *Journal Psychologica* . , 55-57.

Veiga, F. H. (2007). *Indisciplina e Violência na Escola: Práticas Comunicacionais para Professores e Pais*. Coimbra: Almedina.

Warnock, H. M. (1978). *Report of the Committee of Enquire into the Education of Handicapped Children and Young People*. London: Her Majesty's Stationery.

Zenhas, A. S. (1999). *Ensinar a estudar, Aprender a estudar*. Porto: Porto Editora.